



*Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas
Sem Abrigo
2014-2018*

Execução e Avaliação 2018



Pelo GPISA
Teresa Casaleiro
Técnica Superior da DIPS

Cascais, julho 2019

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Sumário Técnico (A)

Identificação do Projeto/Programa/Protocolo	Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo – Relatório de avaliação e execução 2018			
CMC - Unidade orgânica responsável	DIPS/DHS			
CMC -Equipa Técnica	Teresa Casaleiro (coordenadora GPISA e da Eq. Freguesia Alcabideche), Helena Bila (coordenadora Eq. Freguesia Cascais e Estoril), Liliana Bevan (coordenadora Eq. Freguesia SD Rana), Ana Paula Santos, Catarina Carvalho, Sara Torres.			
Objetivo Estratégico para o qual concorre	Diminuição do nº de pessoas sem-abrigo no concelho de Cascais;			
Período a que respeita o Relatório	Ano letivo	Ano civil 2018	De	
Identificação da Parceria	GPISA - CMC; ISS – CDSS LX – Setor Oeiras Cascais; ACES Cascais (Unidade de Saúde Pública); C.C.P. Carcavelos; AMI; SER+; Clube Gaivotas da Torre; Hospital de Cascais Dr. José de Almeida; Equipa Tratamento do Eixo Oeiras Cascais do CRI Lisboa Ocidental; Coordenadores Eq. Freguesia; PMII; IPSS do concelho de Cascais.			
Publico Alvo (tipologia e nº)	106 pessoas em situação de sem-abrigo ou por condição prévia em situação de sem-abrigo			
Localização da ação (Freguesia, espaço físico)	Concelho			
Metas definidas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a coordenação do GPISA (Grupo do Planeamento da Intervenção com os Sem Abrigo); - Garantir a gestão da Base de Dados Concelhia das pessoas sem-abrigo; - Garantir a implementação das metas propostas para 2018 no âmbito do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014/2018; - Concretizar uma candidatura para financiamento do Projeto Casas Primeiro em Cascais; 			
Resultados alcançados	<ul style="list-style-type: none"> - 7 Municípes sem-abrigo integrados em casas individualizadas no âmbito do Projeto Casas Primeiro Cascais/Programa Alojamento à Medida permanecem na habitação; - 6 Municípes sem abrigo integrados na residência apoiada Domus Spes – Casa Esperança. Destes, 2 saíram da residência por processo de autonomia; - 4 Municípes sem-abrigo integrados em habitação municipal; - 86 Municípes sem-abrigo com gestor de caso atribuído; 			
Execução financeira	Origem do Financiamento		Investimento	
			Programado	
			Executado (I)	
	Publico	CMC (II)	€ 144.627,00	€ 150,627,00
		ISS		€ 38.540,32
	Privado	CCP Carcavelos		€ 7.615,51
	Total		€ 144.627,00	€ 196.782,83
Investimento total executado por beneficiários (I / total de beneficiários)		€ 1.639,86		
Investimento CMC executado por beneficiários (II/ total de beneficiários)		€ 1.255,23		

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Relatório

Enquadramento e Objetivos

O relatório de avaliação e execução 2018 responde aos objetivos definidos relativamente aos Eixos propostos no âmbito do Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (Plano) 2014-2018, no que concerne nomeadamente:

Ao grau de Execução do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018 em dezembro 2018

Eixo 1 – Conhecimento do Fenómeno

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultados
Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno	Monitorização do fenómeno dos sem-abrigo entre 2014 e 2018 através da gestão de uma base de dados concelhia;	GPISA	Vigência do Plano	✓
	Garantir o acompanhamento deste Plano por parte do Núcleo Executivo do CLAS	GPISA	Vigência do Plano	✓
	Integrar no PDS 2016 objetivos relativos à integração das pessoas sem-abrigo;	GPISA Rede Social Cascais	Vigência do Plano	O PDS está em elaboração
	Garantir a inclusão no Diagnóstico Social e outros documentos da Rede Social, de indicadores de caracterização do fenómeno sem-abrigo e dos respetivos fatores de risco;	GPISA Rede Social Cascais	Vigência do Plano	✓

Eixo 2 – Qualificação da Intervenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultados
Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	Durante a vigência do Plano, 100% dos Diagnósticos e Planos de Intervenção Individuais das pessoas acompanhadas consideram todas as dimensões de vida da pessoa;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	✓
Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas	Durante a vigência do Plano, e de acordo com a evolução económica e social do País, reforçar em 10%, face a 2013, o número de gestores de caso disponíveis para acompanhamento de situações sem-abrigo;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	X
	Em 2017 e 2018, 100% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2017	88%
Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção , com base numa	Em 2017 e 2018, 80% das situações sinalizadas, com gestor de caso atribuído, acordaram um Plano de Inserção;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2017	88%
			2018	88%

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

avaliação diagnóstica				
Garantir respostas de alojamento permanente e à medida , com base na natureza e diversidade das situações de sem abrigo, reduzindo as formas mais severas.	Entre 2017 e 2018 garantir o alojamento de 7 pessoas sem-abrigo com múltiplo diagnóstico através do desenvolvimento do Programa de Alojamento à Medida (PAM): 3 em casas de arrendamento privado (Casas Primeiro); 4 em arrendamento público extraordinário;	Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil Cascais Envolvente CMC	2017/2018	100%
	Assegurar que 100% das situações de sem abrigo sinalizadas durante a vigência deste Plano, com gestor de caso atribuído e plano de intervenção individual ativo, e se integrarem os critérios, têm pedido de habitação social à CMC;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo; CMC	Vigência do Plano	✓
Promover a autonomização das situações de sem abrigo alvo de intervenção;	Em 2018 80% das pessoas abrangidas pelo Projeto Alojamento à Medida (alojamento 7 pessoas e acompanhamento psicossocial de 12 pessoas) correspondem a processos de estabilização individual. (As pessoas já conseguiram organizar algumas áreas da sua vida nas diferentes dimensões – emprego, saúde, ... - e são capazes de contribuir financeiramente para a habitação arrendada onde residem no mercado de arrendamento, mas podem continuar a manter um acompanhamento técnico).	Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil Cascais Envolvente CMC Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	2018	86%
	Entre 2014 e 2018, 100% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais, têm um acompanhamento pós realojamento.	CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	✓
	Em 2018 80% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual.	CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2018	100%
	Entre 2014 e 2018, 60% das pessoas integradas na Domus Spes (casa Esperança) correspondem a processos efetivos de autonomização individual e 60% das pessoas integradas na residência não permanecem na mesma para além da duração prevista no regulamento.	Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC	Vigência do Plano	✓
	Entre 2014 e 2018, 80% das pessoas integradas na Domus Spes (Casa Esperança) estão a trabalhar ou têm uma prestação social adequada (RSI, pensão social, invalidez)	Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos ISS CMC	Vigência do Plano	✓
	Entre 2014 e 2018, 40% das pessoas integradas no projeto Esperança de Recomeçar correspondem a processos efetivos de autonomização individual.	Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC ISS	Vigência do Plano	✓
	100% das entidades concelhias com intervenção social com a população sem abrigo têm conhecimento do Guia de Procedimentos do Plano;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	✓
Promover melhoria da qualidade dos serviços para pessoas sem-abrigo;	Definir e implementar um plano de formação de técnicos relativamente ao fenómeno e intervenção com os sem-abrigo nos anos de 2017 e 2018;	GPISA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2017/2018	Definido Não implementado

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

	Garantir a realização de 1 encontro interinstitucional para partilha de experiências de trabalho e projetos com a população sem-abrigo;	GPISA ENIPSA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	2018	X
--	---	--	------	---

Eixo 3 – Prevenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Quando	Resultados
Promover, propor e acompanhar Programas na área da habitação, emprego, saúde e educação, que permitam prevenir a condição de sem abrigo;	Garantir em situação de incumprimento de rendas de inquilinos municipais, que está assegurado o acompanhamento técnico, por articulação da Cascais Envolve com parceiros concelhios com intervenção psicossocial integrados como recurso no Plano.	CMC Cascais Envolve Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	Em articulação
	A partir de 2015 nenhum município sinalizado como sem abrigo, mas sem historial de permanência na rua anterior à sinalização, permanece mais de 6 meses na condição de sem abrigo;	ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Vigência do Plano	X
	No âmbito do Plano 2014-2018, 80% das pessoas sem-abrigo, com gestor de caso atribuído, acedem aos recursos sociais concelhios nomeadamente, aos financiados pela Autarquia e pela Administração Geral, como Protocolo das Farmácias, Cascais Mais Solidário; Banco Alimentar, Cantinas Sociais e Apoio Alimentar, Lojas Solidárias, independentemente da sua situação de legalidade no país.	CMC ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	Vigência do Plano	✓
	Durante a vigência do Plano, promover a realização de 2 reuniões por ano de articulação entre o GPISA e os Serviços de Saúde Mental concelhios, no sentido de monitorizar o acesso a respostas efetivas de saúde mental que previnam uma futura situação de sem abrigo;	GPISA Hospital de Cascais Dr. José de Almeida Equipa Saúde Mental Comunitária do CHLO	Vigência do Plano	Em articulação sempre que necessário
	Durante a vigência do Plano, assegurar que 100% das famílias monoparentais, famílias nucleares com filhos menores, idosos ou pessoas em grande vulnerabilidade, despejadas de alojamento público ou privado, ou que tiveram de abandonar a sua casa por motivos de divórcio, violência ou outros, não ficam na rua;	ISS	Vigência do Plano	X
	Durante a vigência do plano, assegurar a integração de indivíduos com características e problemáticas específicas e em risco de experienciarem a condição de sem-abrigo, nos Programas de Apoio à Empregabilidade promovidos pela Divisão de Promoção de Emprego (DPRE) da CMC, nomeadamente os programas orientados para a população em vulnerabilidade económica e social (ex. beneficiários da prestação RSI), numa quota de 10%.	GPISA DPRE/CMC Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Entidades da rede solidária e Empresas privadas	Vigência do Plano	Em articulação
	Sensibilizar as entidades formadoras locais para a necessidade de definição, criação e implementação de iniciativas formativas adequadas às características das pessoas mais vulneráveis da sociedade.	DPRE/CMC Entidades formadoras locais	Vigência do Plano	X

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Ações concretizadas pelo GPISA

- Coordenação do GPISA através da sua dinamização (marcação e dinamização de reuniões, realização de atas ou outros documentos com resultados das reuniões, e partilha pelos elementos do Grupo) e participação;
- Acompanhamento e monitorização da evolução dos projectos/programas integrados no Plano (Projeto Esperança de Recomeçar; Projeto Casa Esperança; Projeto Mais Perto; Programa Alojamento à Medida; SER+ Ao serviço da Comunidade; Projeto In.Pacto; Projeto Gestor de Rua) através de reuniões com as entidades executoras e equipas técnicas envolvidas; Implementação destes projetos e programas pelas entidades gestoras;
- Gestão da base de dados concelhia através do registo de novos munícipes sinalizados e actualização da informação das situações já inseridas;
- Realização das reuniões das equipas de freguesia de Alcabideche, Carcavelos Parede, Cascais Estoril e São Domingos de Rana;
- Participação nas reuniões mensais dos NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) da AML (Área Metropolitana de Lisboa) e Sul (integra os NPISA de Santarém, Setúbal, Évora e Faro, Loulé e Tavira) que se realizaram em Lisboa;
- Participação nas reuniões da Rede Nacional Housing First realizadas em Lisboa, Setúbal e Cascais;
- Deslocações a locais específicos do Concelho para identificação de pessoas na condição de sem-abrigo após sinalização por entidades ou munícipes;
- Acompanhamento do ponto de situação da pré-candidatura ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial na Área Metropolitana de Lisboa com o Projeto integrado de intervenção com pessoas sem-abrigo para o Concelho de Cascais;

Resultados Quantitativos 2018

Destacam-se como principais resultados alcançados com a execução do Plano 2018, os seguintes:

- 7 Munícipes sem-abrigo integrados em casas individualizadas no âmbito do Programa Alojamento à Medida (PAM) permanecem nas suas habitações. Destas, 3 estão integradas em fogos de arrendamento privado no mercado de habitação através do Projeto Casas Primeiro Cascais e 4 estão integradas em fogos individualizados em habitação municipal pública com arrendamento pela entidade gestora e dinamizadora do PAM (Clube Gaivotas da Torre). No ano de 2018 um dos munícipes integrados em PAM arrendamento social descompensou e entregou a chave à entidade gestora. Desde essa data está fora do concelho em paradeiro desconhecido. Os restantes 7 que permaneceram demonstraram regularidade no acesso aos recursos da comunidade e apresentaram uma maior autonomia na gestão do seu quotidiano com maior capacidade de permanência no espaço casa para as atividades de higiene pessoal e alimentação mas também de permanência durante o dia;
- 6 Munícipes sem abrigo estiveram integrados na residência apoiada Domus Spes – Casa Esperança (valência de alojamento temporário de 6 meses a 1 ano para a reinserção social de pessoas em situação de sem abrigo gerida pelo Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos com o apoio da CMC). 2 Saíram da residência por processo de autonomia (casa e trabalho);
- 4 Munícipes em situação de sem-abrigo integrados em habitação municipal no âmbito do PMHAS - Programa Municipal de Habitação Social;

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

- Continuidade do Projeto Esperança de Recomeçar executado pelo Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, que disponibiliza um conjunto de serviços específicos para as pessoas em situação de sem-abrigo e/ou com abuso de substâncias psicoativas, de acordo com o quadro comparativo em baixo:

Esperança de Recomeçar	2014	2015	2016	2017	2018
Sala de convívio	80 utentes	79 utentes	86 utentes	77 utentes	81 utentes
Refeições	12459	12055	12298	12380	12285
Cuidados de Higiene	2738	2323	2955	2979	3521
Encaminhamentos	38	32	44	41	-

- Dos 81 munícipes apoiados pelo Esperança de Recomeçar, 62 encontravam-se em situação de sem-abrigo sendo que os restantes apresentavam graves carências económicas e chegaram ao Projeto por referência de outras instituições para apoio alimentar e de higiene. Durante o ano de 2018, das 62 pessoas em situação de sem-abrigo 28 deixaram a condição e 2 conseguiram alojamento mas voltaram à situação;

SER+ ao Serviço da Comunidade	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de PSSA que frequentaram a resposta/ano	29	27	36	42	46
Nº de PSSA que frequentaram a resposta/mês	16	14	14	18	19
Nº total de banhos/ano	536	1406	1157	1770	2310
Nº total de refeições/ano	-	-	-	1350*	2483

*Este nº é relativo apenas ao 2º semestre de 2017, data a partir da qual o projeto começou a ser financiado pela CMC

- Em 2018 uma média de 21 pessoas em situação de sem abrigo acederam mensalmente a serviços de banho e 15 a refeições quentes no Projeto SER+ ao Serviço da Comunidade; 10 tiveram acompanhamento técnico do gestor de caso da SER+ sendo que 2 saíram da situação.
- A continuidade do Projeto Mais Perto (com gestão do Clube Gaivotas da Torre e apoio financeiro a 100% da CMC), que reforça a equipa de gestores/as de caso ao nível da intervenção pós emergência, potenciando o acompanhamento psicossocial de proximidade e regular das pessoas sem abrigos em contexto de rua, no Concelho de Cascais, permitiu que no ano de 2018 fossem acompanhadas 41 pessoas em situação de sem-abrigo das quais 11 em articulação com a equipa RSI do Clube Gaivotas da Torre (gestores dos processos); 3 em articulação com o CLAIM e 9 em articulação com outras instituições gestoras. Em resultado deste acompanhamento psicossocial de proximidade 2 pessoas em situação de sem-abrigo (pssa) integraram o Programa Alojamento à Medida; 2 autonomizaram-se; 4 regressaram a casa de família; 2 emigraram; 2 foram institucionalizados; 1 saiu do Concelho e 2 estão em paradeiro desconhecido;
- A definição e implementação do projeto Gestor de Rua (com gestão do CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, delegação de Cascais e financiamento a 100% da CMC) criado com o objetivo de garantir um maior apoio às pessoas em situação de sem-abrigo com mais um gestor de caso para

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

realizar uma resposta de proximidade através de um acompanhamento direto em equipa nocturna, permitiu em 2018 (6 meses) realizar 58 abordagens noturnas; 8 novas sinalizações de pessoas em situação de sem-abrigo, a gestão de caso de 5 pssa;

- 86 Múncipes em situação de sem-abrigo com gestor de caso atribuído (81%);
- Continuação da participação na Rede Nacional Housing First que pretende demonstrar a importância da implementação desta metodologia ou outras similares, em Portugal. Esta rede de parceria nacional pretende a descentralização e implementação da metodologia Housing First no território nacional através de candidaturas ao Portugal 2020 para o financiamento da execução, monitorização e avaliação dos impactes; A concretização de uma resposta de intervenção integrada e à medida para as pessoas situação de sem-abrigo; A produção e disseminação do conhecimento sobre o modelo housing first. A Rede é constituída pela Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS – NPISA Lisboa), pelas Câmaras Municipais de Aveiro, Braga, Cascais, Lisboa, Leiria, Loulé e Portimão, Associação Florinhas do Vouga (NPISA Aveiro), Associação Piaget para o Desenvolvimento (Vila Nova de Gaia, NPISA Porto e Setúbal); Associação Crescer (NPISA Lisboa); Clube Gaivotas da Torre – Associação juvenil (GPISA Cascais); Associação InPulsar (Leiria); Cáritas de Setúbal (NPISA Setúbal), Cruz Vermelha Portuguesa delegação de Braga; Médicos do Mundo; Centro Distrital da Segurança Social do Porto (NPISA Porto);
- Divulgação de informação relativa à execução e monitorização do Plano no sítio web da Rede Social de Cascais e no sítio web da CMC.

Análise Síntese da Base de Dados Concelhia (Anexo 1- Quadros)

Novas sinalizações no ano de 2018:

- ✚ Foram sinalizadas 58 novas situações de pessoas sem-abrigo no concelho e é na União das freguesias de Cascais e de Estoril que o maior nº se situa 26 logo seguida de muito perto pela União das Freguesias de Carcavelos e da Parede com 22; Mais uma vez é validado a manutenção e circulação de pessoas em situação de sem-abrigo nas freguesias com maior nº e proximidade às instituições/serviços e transportes.
- ✚ Das 58 novas sinalizações, 43 (74%) são do género masculino e mais uma vez evidencia e realça a identidade de género como um fator de vulnerabilidade para a condição de sem abrigo onde o género masculino apresenta uma maior visibilidade nos percursos de rua.
- ✚ Cerca de 91% (53) destas novas sinalizações têm gestor atribuído;
- ✚ Realçamos ainda, que a 31 de dezembro estavam ativas 32 situações (55%) e 26 (45%) tinham passado a inativas ou seja, tinham saído da situação de sem-abrigo;

Total de registos em 2018:

- ✚ Das 106 pessoas em situação de “ativas” 94 (89%) são do sexo masculino e 12 (11%) do sexo feminino.
- ✚ O maior nº de pessoas em situação de sem-abrigo encontra-se na União das Freguesias de Cascais e de Estoril logo seguido pela União das Freguesias de Carcavelos e de Parede. Estas 2 Uniões de Freguesias abarcam cerca de 75% das pessoas que estão “ativas” para a condição. É também nestas Uniões de Freguesias que se encontram o maior nº de instituições de intervenção social com disponibilização de respostas específicas para as pessoas em maior vulnerabilidade ou fragilidade económica e social, o maior nº de gestores de caso e a facilidade de acesso a transportes e outros recursos.

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

- ✚ Cerca de 81% destes munícipes (86) têm gestor de caso atribuído
- ✚ À data, 32% das pessoas que deixaram a situação de sem-abrigo no Concelho de Cascais fizeram-no por acesso a habitação tendencialmente permanente realçando-se o realojamento através do Programa Municipal de Habitação Social (PMHAS), 11% estão a residir com familiares e/ou amigos por falta de alternativa habitacional, 14% estão integrados em instituições de inserção, terapêuticas; hospitalares ou prisionais e por isso temporárias e cerca de 33% estão em paradeiro desconhecido, saíram do concelho e mesmo do país. Cerca de 9% faleceram.
- ✚ A maior parte das pessoas em situação de sem-abrigo no Concelho de Cascais têm entre 35 e 59 anos (75%), e têm naturalidade e nacionalidade Portuguesa respetivamente 64% e 78%. Relativamente ao Estado Civil 65% são solteiros(as) e à data da sinalização, 93% destes munícipes estavam na tipologia familiar de isolados(as).
- ✚ Pela informação disponibilizada 71% destas pessoas (75) estavam desempregadas e cerca de 9% (10) estavam desempregadas e sem atividade simultaneamente. Os gestores de caso referem que cerca de 62% destes munícipes têm capacidade para trabalhar (53 em 85) e cerca de 38% não têm capacidade para o exercício de uma atividade profissional (32 em 85).
- ✚ 36% dos munícipes ativos para esta condição foram referenciados como beneficiários da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI) isoladamente ou com associação de outra fonte de rendimentos como sejam os biscates e pensões. Cerca de 20% faziam biscates, 8% recebiam algum tipo de pensão, 7% tinham salário de trabalho, 19% viviam de esmolas e 10% não tinham qualquer rendimento.
- ✚ Realçamos ainda que cerca de 76% dos munícipes ativos para a condição de sem-abrigo foram sinalizados como permanecendo em alojamentos precários (ocupação de casas abandonadas em más condições de habitabilidade) ou alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, estruturas temporárias, edifícios não convencionais) e cerca de 21% em espaço público/na rua. Todas entram no conceito de "Sem Teto". Cerca de 3% estavam na condição de "Sem Casa" integrados em Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES).
- ✚ As razões indicadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo para a sua condição são múltiplas e complexas como é expresso em toda a literatura sobre o fenómeno, mas aparecem como prioritárias as razões pessoais e de rutura/conflito familiar.
- ✚ Cerca de 88% das pessoas em situação de sem-abrigo com gestor de caso atribuído (76 em 86) tinham Plano de Inserção Individual (PII).
- ✚ Relativamente ao nº de anos de permanência em situação de sem-abrigo cerca de 22% estão há mais de 5 anos, 20% entre 1 e 3 anos e cerca de 40% há menos de 1 ano. Não temos esta informação para cerca de 13% dos munícipes em causa.
- ✚ Relativamente aos critérios de saúde analisados podemos dizer que cerca de 81% (nº = 86) das pessoas em situação de sem-abrigo ativas apresentavam algum tipo de dependências e/ou consumo de substâncias lícitas e ilícitas, 22% (nº = 23 pssa) apresentavam sinais e sintomas de perturbação psiquiátrica mas destes apenas 48% (nº = 11) tinham diagnóstico. Realçamos assim, que cerca de 52% dos munícipes que apresentavam esta sintomatologia não tinham qualquer diagnóstico associado. Estes dados sobre a saúde podem ser explicados pelas características pessoais de cada um (recusa da sintomatologia) mas também pela insuficiência das respostas especializadas de saúde na comunidade relativamente ao consumo de substâncias e à doença mental. A organização destes serviços do SNS no Concelho, para já e da forma que se apresenta, não é a mais eficaz na intervenção com esta população. Também existem constrangimentos dos serviços, nomeadamente de saúde mental, relativamente à disponibilização dos seus profissionais para se deslocarem aos locais de permanência das pessoas na situação de sem-abrigo na rua o que mais uma vez está diretamente relacionado com a estrutura organizativa desta área de especialização no Concelho.

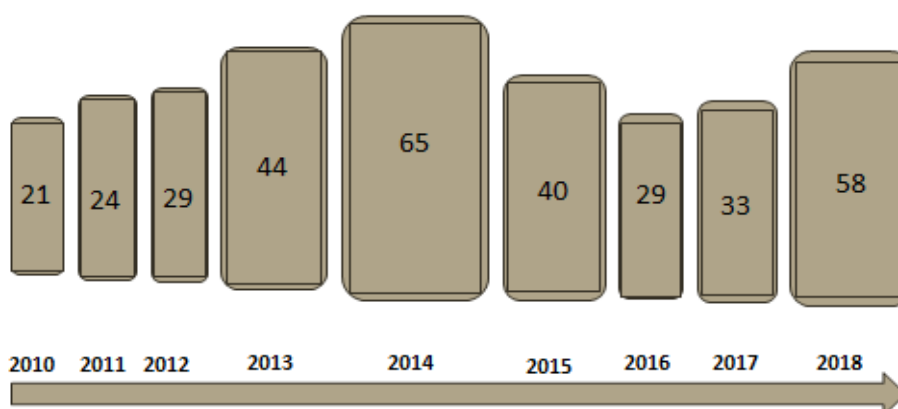
PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

- ✚ 33% das pessoas sinalizadas na base de dados ativas para a situação apresentavam problemas de saúde de outra natureza.

Evolução de Dados 2010-2018

Dados Quantitativos relativa à implementação dos Planos 2014-2018 - funcionamento da Rede de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo e do GPISA

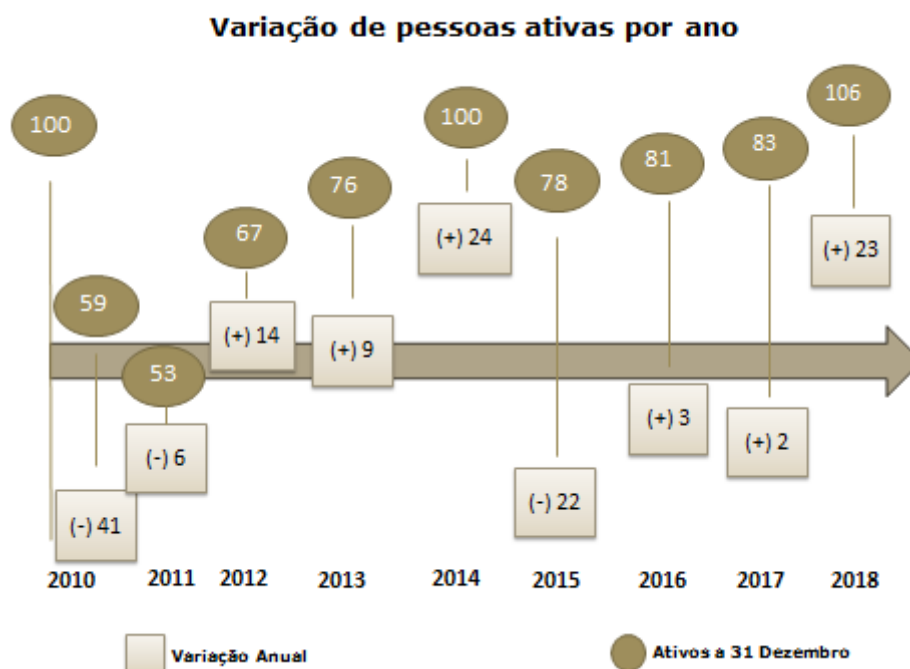
Evolução anual de novas sinalizações



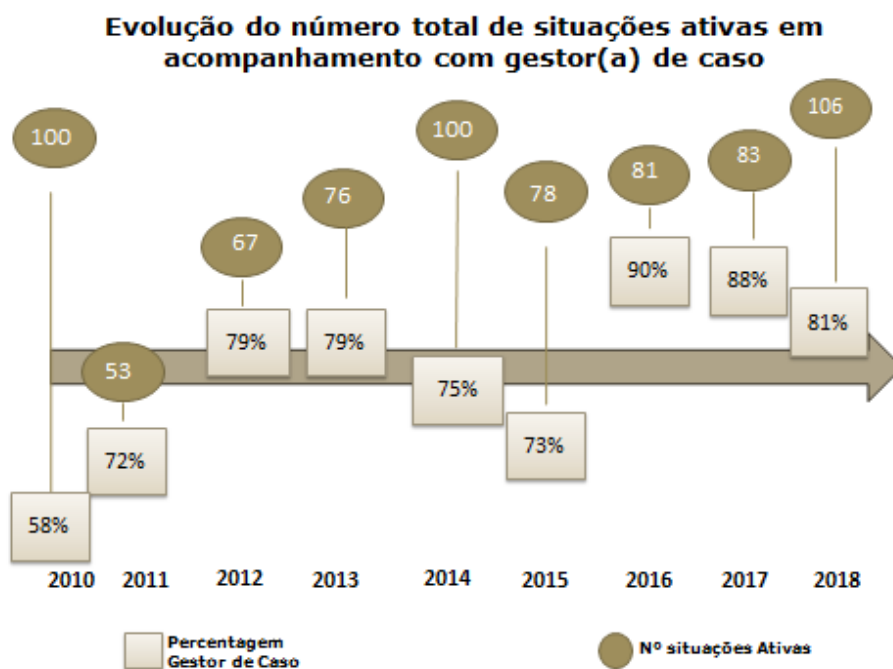
O registo e a sistematização de dados sobre as pessoas em situação de sem-abrigo no concelho são realizados formalmente enquanto fenómeno particular e específico desde 2010 apesar de se verificar o registo de pessoas nesta situação desde 2002.

O gráfico acima apresenta a variação de novas sinalizações para a condição por ano onde 2014 e 2018 se destacam pela negativa. Efetivamente se entre 2010 e 2014 se deu uma evolução ascendente, em 2015 e 2016 verificou-se exatamente o oposto e mesmo em 2017 a inversão de sentido não se destacou como significativa. No entanto, no último ano aumentou significativamente o nº de pessoas identificadas e sinalizadas como em situação de sem teto (rua/alojamentos não convencionais/carros e outras viaturas) no Concelho independentemente do seu local de nascimento e morada de residência em outros concelhos e/ou distritos e de qualquer nacionalidade.

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

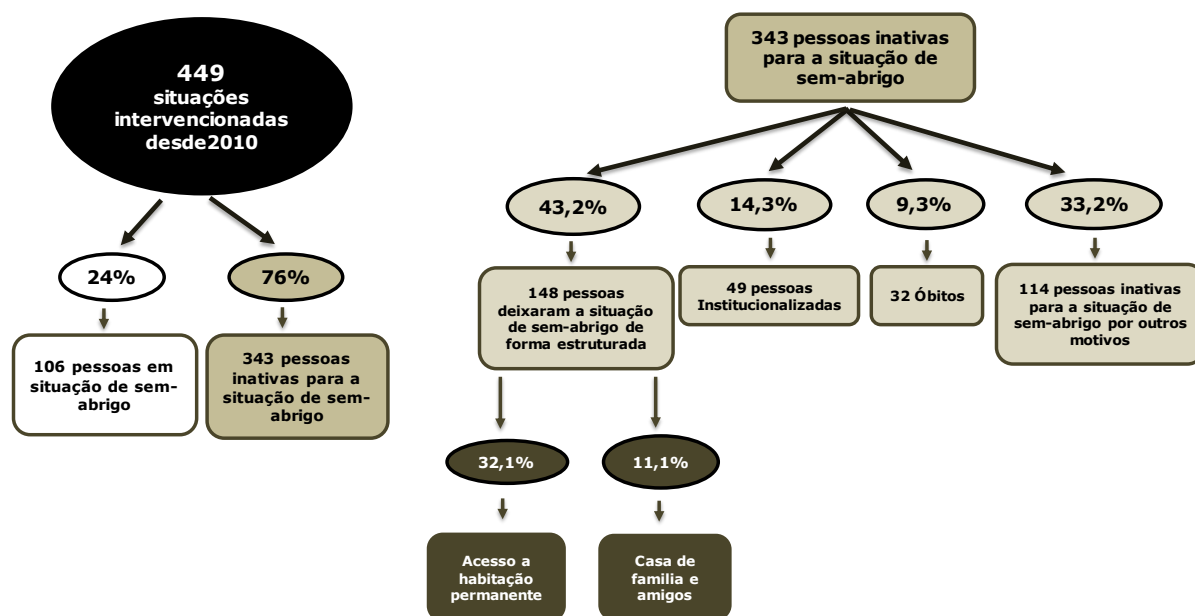


No que respeita à variação de pessoas ativas para a situação por ano a 31 de dezembro verifica-se que 2018 registou um número significativo de pessoas nesta situação. Este incremento do nº de pessoas em situação de sem teto/sem casa só tinha acontecido em 2014. Estes dados acompanham o que já foi referido atrás para as novas sinalizações.



Realça-se aqui que desde 2016 o concelho de Cascais e a sua Rede de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo conseguem garantir a atribuição de gestor de caso e o acompanhamento psicossocial a mais de 80% das pessoas nesta condição. No entanto foi avaliado pela rede a necessidade de aumentar o nº de gestores de caso disponíveis para intervenção nesta problemática assim como aumentar o tempo de afetação dos gestores já disponibilizados devido ao nº de pessoas na condição mas também para permitir a qualidade da intervenção.

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)



O quadro acima resume sinteticamente a situação das 449 pessoas que já foram identificadas e sinalizadas como na situação de sem-abrigo no Concelho desde 2010.

Assim destaca-se:

- 24% (106) das pessoas permaneciam em situação de sem abrigo a 31 de dezembro;
- 76% (343) das pessoas tinham saído desta situação;
 - Destas últimas, 43,2% (ou 148) deixaram a situação de forma estruturada (por integração em respostas de alojamento permanente, arrendamento de casa ou de quarto sem apoio institucional, por regresso a casa de família ou co habitação em casa de amigos); 14,3% estão integradas temporariamente em instituições (desde estabelecimentos prisionais, a comunidades terapêuticas, UCCI e hospitais); 9,3% (32) faleceram e 33,2% (114) saíram do concelho, saíram de Portugal ou desconhece-se o seu paradeiro e real situação.

Motivos		Situação passiva para a condição de Sem Abrigo			
Dimensões	Categorias	Total	Homens	Mulheres	Total %
Acesso a habitação permanente	Quarto arrendado	29	21	8	32,1%
	Casa arrendada	28	19	9	
	Programa Alojamento à Medida + Projeto Casas Primeiro	7	5	2	
	Realojamento PMHAS	46	38	8	
Suporte familiar e amigos	Casa de família	28	19	9	11,1%
	Casa de amigos	10	8	2	
Internamentos /institucionalizações temporários	Comunidades Terapêuticas/Instituições	37	30	7	14,3%
	Casa Esperança	4	4	0	
	Prisão	8	8	0	

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Falecidos	Falecido(a)	32	28	4	9,3%
Outros	Saiu do Concelho	41	36	5	33,2%
	Mudou de Pais	15	15	0	
	Paradeiro desconhecido	45	42	3	
	Outras	13	11	2	
		343	284	59	100%

Avaliação Qualitativa relativa à implementação dos Planos 2014-2018 - funcionamento da Rede de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo e do GPISA

Apresentamos a avaliação qualitativa realizada pelos parceiros da Rede de Intervenção e do GPISA sobre a implementação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem-Abrigo e sobre os procedimentos, metodologias e respostas/projetos/programas.

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma representação Concelhia para a intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo a nível local e a nível nacional; ▪ Partilha de uma visão comum para a implementação do Plano; ▪ Investimento na intervenção com população em situação de Sem-Abrigo com projetos e metas bem delineadas. ▪ Maior e melhor conhecimento da realidade Concelhia relativamente à problemática de pessoas na situação de sem-abrigo; ▪ Existência de uma metodologia para monitorização da implementação/execução do Plano; ▪ Existência de base de dados atualizada das pessoas em situação de sem-abrigo, possibilitando a monitorização do fenómeno; ▪ Boa capacidade de intervenção em rede das instituições concelhias; ▪ Identificação de recursos específicos para a intervenção na emergência e o seu âmbito/competências de intervenção; ▪ Maior proximidade de articulação com a ENIPSSA; ▪ Constituição informal de uma Plataforma pelos NPISA da AML e Setúbal com reuniões mensais para discussão/reflexão 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em atribuir um gestor de caso a todas as situações sinalizadas, dado o elevado nº de pessoas em situação de sem-abrigo nalgumas freguesias e o reduzido número de técnicos que integram as Equipas do Plano; • Pouca disponibilidade dos gestores de caso para um acompanhamento mais individualizado das situações sinalizadas (reduzida afetação de tempo para esta população); • Dificuldade em colocar em prática o Plano de inserção por parte dos gestores de caso, por falta de respostas específicas e adequadas relativamente a áreas chave como emprego protegido, habitação permanente, saúde mental; • Dificuldade em estabelecer contacto mais próximo com as pessoas em situação de sem-abrigo que não se encontram já enquadrados ou que apenas se encontram no concelho à noite; • Ausência de Residência apoiada, que funcione como elemento agregador para a intervenção nas situações em acompanhamento; • Incapacidade de resposta da emergência social e da linha 144 quando solicitada, por constrangimentos na gestão de vagas, por critérios de inclusão em CAES e até pelo conceito de emergência; • Incapacidade de resposta local e nacional para concretizar o objetivo da ENIPSSA e de todos os NPISA, de que ninguém fica na rua mais de 24 horas quando em desinstitucionalização ou outra vicissitude; ▪ Dificuldade em garantir uma atualização regular de dados junto do GPISA por parte das Equipas e dos

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

<p>de estratégias de intervenção comuns;</p> <ul style="list-style-type: none">• Boa articulação entre os técnicos dos diferentes serviços e áreas;• Existência de uma rede de recursos concelhia com capacidade de resposta relativamente ao colmatar de necessidades básicas (ex. alimentação/refeições);• Capacidade de envolvimento por parte dos gestores de caso existentes no acompanhamento de pessoas sem-abrigo;• Disponibilidade e implicação das forças de segurança e Polícia Municipal quando solicitadas;• Aumento de tipologia e capacidade de respostas a nível do alojamento de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho (Casa Esperança com capacidade para 4 utentes; realojamento através do Programa Municipal de Habitação Social – PMHAS e Programa Alojamento à Medida que integra o Projeto Casas Primeiro Cascais para 7 pessoas em situação de sem-abrigo);• Existência de instrumentos de identificação, diagnóstico e acompanhamento comuns, para utilização por parte das entidades concelhias com atendimento social e nomeadamente de pessoas em situação de sem-abrigo;• Os instrumentos de caracterização e diagnóstico Concelhios seguem as orientações da ENIPSSA e internacionais;• A possibilidade de acesso ao Programa Municipal de Habitação Social PMHAS pelas pessoas em situação de sem-abrigo. Foram realojadas pelo PMHAS entre 2014 e 2018 (vigência do último Plano) 36 pessoas na condição prévia de sem-abrigo;	<p>Coordenadores de Freguesia;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Falta de respostas de alojamento adequadas e nomeadamente, falta de alojamento temporário/longo com apoio técnico;▪ Inexistência de resposta eficaz na área da saúde mental nomeadamente de estruturas na comunidade e com abordagem direta às situações de rua em articulação com os gestores de caso;• Inexistência de resposta da saúde nas situações de comorbilidade (doença mental e comportamentos aditivos em simultâneo e/ou doença mental com deficiência mental e consumo de substâncias);• Incapacidade financeira por parte dos beneficiários e também das entidades, para fazer face aos custos exigidos pelos serviços públicos para regularização ou renovação de documentação para estrangeiros, confirmação de moradas, pobreza e ou outras (ex. custos para confirmar inexistência de dívidas ou de bens nas repartições de finanças; custos com pedidos de confirmação de morada ou de pobreza nas juntas de freguesia; custos de avaliações psicológicas para Atestados Multiusos de Incapacidade Funcional de acesso a Pensão Social para a Inclusão ou Habitação Social);• Elevado preço dos transportes a nível concelhio e conseqüente incapacidade dos beneficiários (pessoas em situação de sem-abrigo) em aceder a respostas essenciais (ex. Hospital de Cascais Dr.º José de Almeida);• Inexistência de respostas estruturais que permitam uma verdadeira autonomia por parte das pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas e com plano de inserção delineado (ex. emprego protegido, acompanhamento por equipa de saúde mental integrada a nível da toma de medicação, outras);• Falta de resposta concelhia na implementação do programa de substituição de opiáceos com necessidade de deslocação dos munícipes para outros concelhos com custos de transportes e risco acrescido de acesso facilitado ao tráfico nas proximidades das carrinhas;• Inexistência de habitação privada a custo acessível para arrendamento a pessoas em situação de sem-abrigo ou em vulnerabilidade económica para a situação;• Aumento de pedidos de apoio social e económico às instituições e equipas da Divisão de Intervenção Social, de pessoas e famílias em situação de despejo de habitação no mercado livre com risco para a situação de sem-abrigo;• Inexistência de linhas de financiamento no âmbito da ENIPSSA;
--	---

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Avaliação global relativa à Rede de Intervenção com as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – Diagnóstico Social

No âmbito do Diagnóstico Social de Cascais foi realizado o estudo e a avaliação das Redes e Plataformas Concelhias através de um inquérito tipo a todas as entidades da Rede Social de Cascais. Coube a cada entidade identificar as redes e plataformas que integrava, de que forma o faziam, como contribuía para o desenvolvimento dos objetivos, como a avaliavam.

O inquérito abordava as seguintes áreas: Identificação da Rede; Data de criação; Quadro normativo e regulador da parceria; Estrutura Organizacional; Âmbito geográfico; Áreas de ação; Grupos Alvo; Objetivos; Formas de atuação segundo as entidades líderes; Processos e instrumentos de planeamento; papéis desempenhados pelos parceiros e participação das entidades na sub-rede; Recursos partilhados e obtidos na ótica dos parceiros; Sustentabilidade; Estratégia de comunicação; Documentos/produtos; Diagnóstico; Monitorização e avaliação; Impactos (social, organizacional, na governança); Mecanismos de inovação e qualificação organizacional; Oportunidades na ótica dos parceiros; Ameaças na ótica dos parceiros.

Seguidamente apresentamos uma síntese da análise e avaliação da Rede de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo que pode ser consultada na sua globalidade no Diagnóstico Social de Cascais.

Fatores de Força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none">• Parceria alargada com caráter operacional, com um grupo-alvo muito definido e com uma estrutura organizacional que prevê papéis diferenciados;• A coordenação faz o que lhe compete;• A sub-rede tem uma missão clara;• O processo de planeamento, monitorização e avaliação é robusto;• Alinhamento estratégico entre os parceiros e o reconhecimento que existe na parceria um entendimento comum sobre o que deve ser o desenvolvimento/intervenção social em Cascais e uma compreensão estratégica da temática em que atua;• O processo de planeamento da rede assenta reconhecidamente no Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem-abrigo. O Plano esteve na origem da própria rede como está hoje;• O Plano está bastante consolidado e está alinhado com as políticas locais e nacionais no que respeita à integração de pessoas em situação de sem-abrigo;• O Plano tem um diagnóstico que o sustenta, tem definidas metas e indicadores de avaliação assim como procedimentos e instrumentos operacionais;• A maioria das entidades considera que a parceria deve continuar nos próximos anos;• Considera ainda, que os benefícios gerados pela parceria para os destinatários finais justificam os compromissos financeiros e de tempo;• A grande maioria das entidades reconhece que a parceria aprende com a experiência;	<ul style="list-style-type: none">• Algumas das entidades chave da parceria/rede não respondeu ao inquérito o que afeta, em certa medida, os resultados obtidos;• Alguns atores locais podiam desempenhar um papel mais ativo e estar mais envolvidos face aos recursos que dispõem;• A integração nesta sub-rede contribui pouco para a qualificação das entidades;• Não é reconhecido na parceria um equilíbrio de responsabilidades;• Poucas entidades consideram que a parceria gera novos produtos/serviços que permitem a criação de oportunidades de diversificação de receitas e de financiamento para os parceiros;• Não existe comunicação externa;• Não existe uma estratégia de comunicação estruturada e formal;• A comunicação entre parceiros é feita essencialmente através de correio eletrónico e centralizada pela coordenação;

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

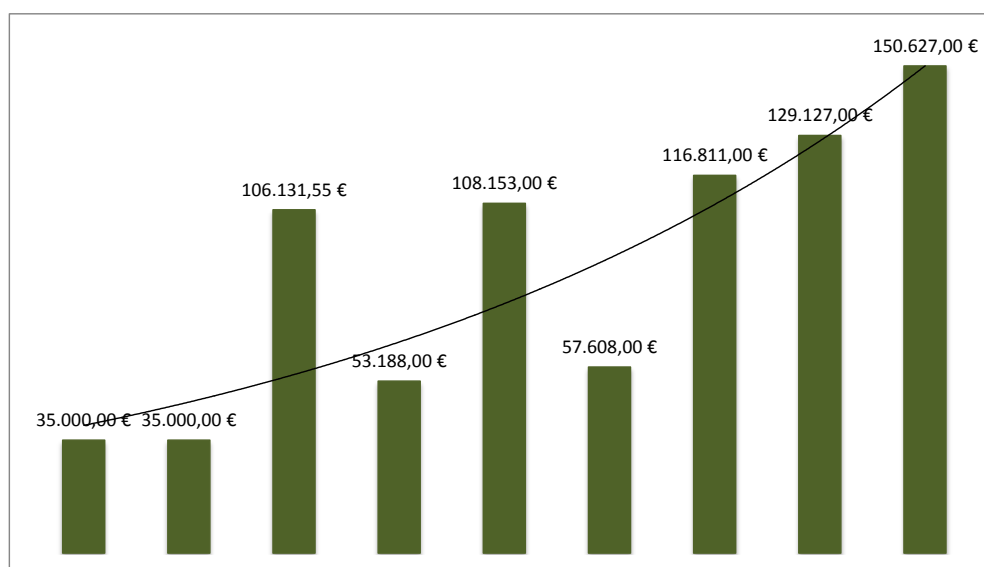
- Na visão dos parceiros, entre os principais benefícios da sub-rede estão os recursos informacionais, comunicacionais e relacionais;
- Para a maioria das entidades a troca de experiências e boas práticas é uma mais-valia importante;
- A existência de uma base de dados que integra informação sobre todos os beneficiários mas com acesso restrito. A sistematização da informação e da ação é um fator fundamental na eficácia dos processos;

Investimento

O investimento da CMC em 2018 para apoio a projetos e respostas integrados no âmbito da implementação do Plano foi de € 150.627,00.

O investimento realizado pela CMC correspondeu a € 1.255,23 por pessoa/ano (106 pessoas em situação de sem abrigo + 8 pessoas ex. sem abrigo alojadas através do PAM + 6 pessoas integradas na Casa Esperança – Total de 120). Esse valor correspondeu a € 3,44 pessoa/dia.

Evolução do Investimento Financeiro do Município entre 2010 e 2018



Impactos

O **Programa municipal de Habitação Social de Cascais (PMHAS)** permitiu que de 2010 a 2018 fossem **integradas em fogos municipais como inquilinas 46 pessoas** (2010 – 1; 2011 – 1; 2012 – 1; 2013 – 7; 2014 – 6; 2015 – 19; 2016 – 3; 2017 – 4; 2018 – 4)) por condição prévia de situação de sem-abrigo. Estes munícipes foram integrados em tipologias de habitação adequadas ao seu agregado e por isso na sua maioria T0/T1. Com a exceção de 2 munícipes, que faleceram, todos permanecem em fogos de habitação Municipal. O acompanhamento psicossocial pré e pós realojamento tem feito diferença e garantido a manutenção destes munícipes com grandes vulnerabilidades económicas, sociais e de saúde no alojamento permanente.

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Realçamos que com a implementação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas em situação de Sem-Abrigo e com a promoção de programas/projetos pela Câmara Municipal de Cascais com a gestão das instituições sociais estão em desenvolvimento:

O **Programa Alojamento à Medida (PAM)**: Até dezembro de 2018, o PAM permitiu a integração de 13 pessoas em situação de sem-abrigo com grandes dificuldades na relação e na comunicação, com apresentação de perturbações psiquiátricas e/ou consumo excessivo de substâncias lícitas e ilícitas graves concomitantes com doenças físicas, em alojamento em fogos públicos ou do mercado privado de habitação mas com arrendamento a instituição social (entidade gestora). Destas 13 pessoas 11 são isoladas e 2 são um casal. Dois (2) destes munícipes foram transferidos para PMHAS dada a evolução da sua autonomia na gestão da sua vida quotidiana relativamente à saúde e à habitação. Um (1) foi institucionalizado em prisão, um (1) regressou ao seu país (Alemanha) e família, um (1) desapareceu do Concelho e um (1) foi expulso por grave incumprimento do contrato social. Este programa também permitiu o acompanhamento psicossocial de mais 12 munícipes alojados em habitação social através do PMHAS como inquilinos diretos;

A **Casa Esperança**: de 2013 a 2018 já permitiu a passagem por uma resposta de **alojamento temporário de 23 pessoas** que por vicissitudes várias se viram na situação de sem abrigo. 3 permanecem nesta casa partilhada há mais de um ano porque apesar de aparentarem alguma estabilização na sua vida nas várias áreas não têm rendimentos que permitam o arrendamento de um quarto/casa de forma autónoma.

Esta situação apresenta-se como o principal constrangimento das respostas de alojamento temporário para esta população pois uma estabilização do processo individual não implica necessariamente a sua autonomia financeira e a integração no mercado de trabalho devido a anos de rua e suas consequências principalmente na saúde.

Os Projetos **Esperança de Recomeçar** e **SER+ ao Serviço da Comunidade** com a disponibilização de espaços de acolhimento diurno especificamente para as pessoas em situação de sem abrigo permanecerem e acederem a respostas/serviços como higiene pessoal e da roupa e alimentação confeccionada. Proporcionam ainda aos seus utentes o acompanhamento psicossocial necessário e à medida de cada um, que permita um processo interno de mudança. A autonomização dos utentes é o objetivo último dos projetos.

Os Projetos **Mais Perto** e **Gestor de Rua** que asseguram o acompanhamento e a prestação de apoio social às pessoas em situação de sem-abrigo através do reforço dos gestores de caso com dedicação total, contribuindo para o desenvolvimento das suas potencialidades, da sua autonomia, auto estima e gestão do seu projeto de vida.

ANEXO 1

Análise Síntese da Base de Dados Concelhia

Novas sinalizações 2018

- 1- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de pessoas em situação de sem-abrigo em 2018:

Género	Alcabideche		Carcavelos Parede		Cascais Estoril		S. D Rana	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Nº	1	3	5	17	8	18	1	5
	4 (7%)		22 (38%)		26 (45%)		6 (10%)	
Total	58							

- 2- Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de pessoas em situação de sem-abrigo em 2018 com Gestor de Caso e que ficou inativo durante o ano de 2018:

Freguesias	Novas Sinalizações 2018							
	Total		Com Gestor Atribuído		Inativos a 31 de dezembro		Ativos a 31 de dezembro	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Alcabideche	1	3	1	2	-	-	1	3
Carcavelos Parede	5	17	4	16	4	12	1	5
Cascais Estoril	8	18	7	17	5	5	3	13
São D. Rana	1	5	1	5	-	-	1	5
Total	15	43	13	40	9	17	6	26
	26%	74%	87%	93%	60%	40%	40%	60%
	58 (100%)		53 (91%)		26 (45%)		32 (55%)	

Total de Registos 2018

Distribuição por Freguesia, género e existência de gestor de caso em 2018

Freguesias	A 31 de Dezembro							
	Total de situações Ativas			Com Gestor/a de caso atribuído/a		Sem Gestor/a de caso atribuído/a		% de casos ativos com gestor caso atribuído
	F	M	T	F	M	F	M	
Alcabideche	1	6	7	1	5	-	1	86%
Carcavelos Parede	2	31	33	2	28	-	3	91%
Cascais Estoril	5	41	46	4	37	1	4	89%
S D Rana	4	16	20	3	6	1	10	45%
Totais	12 (11%)	94 (89%)	106 (100%)	10	76	2	18	81%

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Caraterização das pessoas em situação de sem abrigo ativas a 31 de dezembro 2018

Com NISS	92	87%
Com NIF	71	67%
Com plano de intervenção	76 de 86	88%
Em acompanhamento	86	81%
Com pedido de habitação	45	42%
Com médico de família	25	24%

Distribuição por faixa etária

Faixa etária		
Sem Dados	1	1%
<18 anos	0	-
18-29 anos	6	6%
30-39 anos	17	16%
40-49 anos	37	35%
50-59 anos	28	26%
60-64 anos	7	7%
>64	10	9%
Total	106	100%

Distribuição por Nacionalidade e Naturalidade

Nacionalidade		Naturalidade	
Sem Dados	3	Sem Dados	13
Angola	3	Angola	4
Cabo Verde	5	Cabo Verde	6
Brasil	2	Brasil	2
Guiné- Bissau	1	Guiné- Bissau	1
Moldávia	1	Moldávia	1
Cazaquistão	1	Cazaquistão	1
Portugal	84 (79%)	Portugal	70 (66%)
Roménia	2	Roménia	2
Senegal	1	Senegal	1
Ucrânia	3	Ucrânia	3
Espanha	0	Espanha	1
Zimbabué	0	Zimbabué	1
Total	106	Total	106

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Distribuição por tipologia familiar

Tipologia Familiar		
Sem Dados	2	2%
Nuclear com filhos	3	3%
Monoparental	1	1%
Outro	1	1%
Isolado	99	93%
Total	106	100%

Distribuição por estado civil

Estado Civil		
Solteiro/a	69	65%
Casado/a	5	5%
Divorciado/a	13	12%
União de facto	3	3%
Separado/a	3	3%
Viúvo/a	1	1%
Sem Dados	12	11%
Total	106	100%

Distribuição por atividade principal

Atividade Principal	
Sem Dados	-
Desempregado/a	75
Sem atividade	5
Desempregado e sem atividade	10
Desempregado com capacidade	53
Desempregado sem capacidade	32
Empregado	5
Emprego precário	6
Pensionista	5

Distribuição por fontes de rendimento

Fonte de Rendimento	
Sem Dados	-
Biscates	21
Outro	1
Esmolas	20
Rendimento social de inserção	31
Rendimento Social de Inserção + Biscates	5
Rendimento social de inserção + Pensão Social de Inclusão	1

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Pensão Velhice	1
Pensão Velhice + CSI	1
Pensão de Velhice + Biscates	1
Pensão de Invalidez	2
Pensão de Invalidez + Rendimento Social de Inserção	1
Pensão de Invalidez + Pensão de Sobrevivência	1
Pensão de Sobrevivência	2
Salário de trabalho	7
Sem rendimentos	11

Distribuição por tipo de alojamento na data da sinalização

Alojamento atual		
Sem teto (em espaço público/ na rua)	22	21%
Sem teto (Alojamentos não convencionais)	81	76%
Sem Casa (CAES)	3	3%
Sem Dados	-	-
Total	106	100%

Distribuição por tempo de permanência no alojamento em que foi sinalizado

Duração do alojamento atual		
Menos de 2 meses	11	10%
Entre 2 a 6 meses	16	15%
Entre 6 meses a 1 ano	15	14%
Entre 1 a 3 anos	21	20%
entre 3 a 5 anos	7	7%
Mais de 5 anos	23	22%
Sem Dados	13	12%
Total	106	100%

Distribuição por motivos invocados para a permanência na situação de sem-abrigo

Razões indicadas para a situação atual de sem-abrigo (pode ser + de 1 por pessoa)	
Sem dados	8
Desemprego de longa duração	15
Financeiras (dívidas)	10
Pessoais (necessidade de apoio)	49
Despejo por falta de pagamento da renda	15
Morte familiar	3
Falta de casa	5
Fim de contrato de arrendamento	3
Perda de emprego	22
Desinstitucionalização	7

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Ruptura/conflito familiar	38
Imigração	5
Ocupação ilegal de habitação	1

Condicionantes da intervenção

Condicionantes	
Consumo de substâncias sem informação de quais	2
Consumo de álcool	27
Consumo de álcool diagnosticado	16
Consumo de substâncias ilícitas	20
Consumo de substâncias ilícitas diagnosticado	19
Consumo de substâncias ilícitas diagnosticado sem acompanhamento	2
Doença Infetocontagiosa	4
Doença física	23
Doença física + doença mental diagnosticada	3
Doença física + deficiência mental +doença mental	2
Deficiência física	3
Doença mental	6
Doença mental diagnosticada	9
Doença mental diagnosticada sem acompanhamento	2
Doença mental + deficiência mental	1
Situação irregular	4

ANEXOS 2

Reuniões de acompanhamento

Ao processo de implementação e acompanhamento da execução do Plano, foram imprescindíveis as seguintes reuniões:

Data	Local	Quem	Agenda
09/01/2018	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Setúbal	Partilha de informação por parte do representante dos NPISA da AML e Sul no GIMAE aos NPISA presentes. Ponto da Situação relativamente ao levantamento de dados.
25/01/2018	UFCE	Rede de Intervenção com Pessoas Sem-Abrigo	O GPISA hoje e no futuro; Instrumentos de sinalização, monitorização e avaliação; Procedimentos de referenciação e intervenção: As equipas de Freguesia; Síntese dos dados de avaliação 2017; Novas propostas: a. Definição da metodologia de trabalho para a realização do Plano Concelhio para Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2019-2023; b. Apresentação flyer;
01/02/2018	DHS	DIPS + CASA Centro de Apoio aos Sem-Abrigo	Desafio ao CASA de apresentação de Projeto técnico para intervenção com as pessoas sem-abrigo
06/02/2018	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML)e Setúbal	Ponto de situação sobre o Encontro Nacional dos NPISA em preparação pelo GIMAE
20/02/2018	DHS	DIPS + CGT	Monitorização dos Programas/projetos PAM e P+P

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

22/02/2018	CCPC	GPISA	Reunião sub grupo da Grelha de Análise de Critérios
27/02/2018	Culturgest	GIMAE + NPISA Nacional	1º Encontro Nacional NPISA
06/03/2018	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) + Setúbal	Atualização de informação sobre o Programa Nacional para a Saúde Mental. A avaliação está no sitio web da DGS e transmite orientações de continuidade. Especificidades sobre as pssa. ARS é responsável por garantir a correta referenciação.
03/04/2018	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) + Setúbal	Organização das respostas de emergência social nos Concelhos/NPISA
23/04/2018	Setúbal	Entidades da Rede	Reunião Rede Nacional Housing First
24/04/2018	DHS	GPISA	Ponto da situação da execução do Plano de Ação 2017-2018 do PCISA; Realização do Plano Concelhio para Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2019-2023 – definição de momentos de trabalho e/ou distribuição de tarefas de acordo com as competências e programas/projetos em desenvolvimento; Outros assuntos
28/05/2018	DHS	ISS, DGRSP, IEF, Serviços do Ministério Público	Reunião de proposta de Estrutura de Governança do NPISA Cascais
08/06/2018	DHS	Departamento de Polícia e Fiscalização, PSP, GNR; SEF	Reunião de proposta de Estrutura de Governança do NPISA Cascais
28/06/2018	DHS	DIPS + CGT	Monitorização dos programas/projetosPAM e P+P
29/06/2018	DHS	DHS + CGT + entidades internacionais	Apresentação PAM no âmbito do Projeto "Safe at Home"
05/07/2018	AEIPS Lisboa	Entidades da Rede	Reunião Rede Nacional Housing First
17/07/2018	DHS	DIPS + CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo	Orientações conjuntas sobre a implementação do Projeto Gestor de Rua
18/09/2018	NPISA Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Apresentação da nova estrutura do NPISA Lisboa entre outros assuntos
21/09/2018	CMC	Entidades da Rede	Reunião Rede Nacional Housing First
21/11/2018	AMI Cascais	DIPS + Fundação AMI – Centro Porta Amiga de Cascais	Reunião de proposta de Estrutura de Governança do NPISA Cascais
23/11/2018	DHS	DIPS + CGT	Monitorização dos programas/projetosPAM e P+P
26/11/2018	DGRSP	DIPS + DGRSP	Reunião de proposta de Estrutura de Governança do NPISA Cascais
28/11/2018	DHS	GPISA	Ponto da situação da definição do Plano Concelhio para Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2019-2023; Carta de Compromisso e Termo de Adesão ao NPISA Cascais; Avaliação do Plano Concelhio para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018; Outros assuntos;
29/11/2018	ISS I.P. Lisboa	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) + Sul	Reunião de ponto de situação dos trabalhos em desenvolvimento pelo GIMAE e sua articulação com os NPISA Sul

Outras Participações

Ações de sensibilização/informação/formação

Data	Local	Âmbito	Agenda
19/09/2018	Torres Vedras	Apresentação do trabalho da Rede de Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e do Programa Alojamento à Medida no Plenário do CLAS da Rede Social de Torres Vedras	PDF na DIPS
20/09/2018	Loures	Apresentação do trabalho da Rede de Intervenção com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e do Programa Alojamento à Medida no I Encontro do NPISA de Loures	PDF na DIPS